

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

PROCESSO: 39050/2016-e

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

PARECER: 753/2017-CF

EMENTA: Representação 033/2016 – CF. Secretaria de Estado de Saúde. Serviços de lavanderia hospitalar. Esclarecimentos pela SES. Corpo Técnico pela realização de nova diligência. MPC/DF aquiesce com acréscimo.

Cuidam os autos da Representação 033/2016- CF (Peça 3), mediante a qual o Parquet requer que a Secretaria de Saúde apresente esclarecimentos e providências adotadas em relação à prestação de serviço de lavanderia no HRSM e PARA A REDE, de 2015 a 2016, e, em especial, as providências adotadas, tendo em conta sua possível suspensão, por falta de pagamento, noticiada pela imprensa.

2. Por meio da Decisão Liminar 026/2016-P/AT, referendada pela Decisão 22/2017, o Tribunal deliberou:

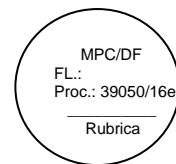
I – tomar conhecimento da Representação nº 33/2016- CF, do Ministério Público de Contas, que trata de irregularidades na contratação/prestação de serviços de lavanderia à rede de saúde do Distrito Federal, com e sem cobertura contratual, nos anos de 2015/2016;

II – com fundamento no art. 123 do RI/TCDF, determinar à Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os seguintes esclarecimentos:

a) as providências adotadas em relação à prestação dos serviços de lavanderia no HRSM e nas demais unidades da rede de saúde, de 2015 a 2016, para eliminação das falhas apontadas, manifestando-se, em especial e por itens, sobre: 1) celebração de contrato e realização de licitação; 2) qual o preço do quilo da roupa lavada praticado pela SES/DF, junto à empresa NJ Lavanderia Industrial e Hospitalar Ltda.; 3) apresente a nomeação dos executores de contratos: nome e datas;

b) o valor praticado pelos serviços em tela;

c) informe se há pagamento em atraso, esclarecendo o motivo e qual o valor;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

III – autorizar:

- a) o envio de cópia da Representação em relevo à SES/DF; e*
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para de análise, no presente feito, dos esclarecimentos prestados pela jurisdicionada.*

3. Em atendimento, a SES encaminhou o Ofício nº 197/2017 – GAB/SES (Peça 15), analisado nesta etapa pela Unidade Técnica, por meio da Informação 087/2017-3ªDiacomp.

4. Destacou o CT, da resposta enviada pela SES:

Restam pendentes de pagamento os valores devidos por serviços prestados no exercício financeiro de 2012 e 2014, estimados em R\$ 4.502.601,96 (quatro milhões, quinhentos e dois mil, seiscentos e um reais e noventa e seis centavos - Anexo IV e V) no entanto, existem ainda glosas a serem aplicadas da ordem de R\$ 2.207.961,35 (dois milhões, duzentos e sete mil, novecentos sessenta e um reais e trinta e cinco centavos); quanto ao exercício de 2016 (Anexo IV e V), resta um débito de R\$ 618.006,43 (seiscentos e dezoito mil, seis reais e quarenta e três centavos) e glosa referente no valor de R\$ 327.315,16 (trezentos e vinte e sete mil, trezentos e quinze reais e dezesseis centavos); sendo que as glosas se encontram em processo de apuração.

Ressalta-se ainda, que atualmente o pagamento de despesas de exercícios anteriores com/sem cobertura contratual, seguem além do rito informado, as disposições do Decreto nº 37.594 de 31 agosto de 2016, Portaria nº 02/2016 - SEF/SEPLAG, Lei 5.760 de 14 de dezembro de 2016 (ordem cronológica) e portaria nº 340 de 22 de dezembro de 2016. (grifei)

(...)

Foi celebrado contrato nº 101/2016 - SES/DF. Partes Distrito Federal, por intermédio de sua Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e a empresa Lavebrás Gestão têxteis S/A, que tem por objeto a contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços de natureza contínua de Lavanderia Hospitalar, para atender ao Hospital Regional de Sobradinho HRS, Hospital Regional do Gama HRG e Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF.

(...)

O Contrato nº 101/2016 - SES/DF, que contempla os Hospitais HRS, HRG e HBDF, é emergencial, e assim, realizado por meio de dispensa licitatória. Contudo, tramitam nesta SES os processos Regulares 0060.004.087/2015



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

(HBDF, HRS e HRG) 0060.004.467/2015 (Hospital Regional de Santa Maria).

Informamos que o processo 0060.004.087/2015 foi tramitado para SLLOG/SES, a pedido, em 11/01/2017 e o processo 0060.004.467/2015 foi tramitado para SES/GEPP/DIAQ em 14/12/2016 (Históricos de Tramitam em anexo).

O preço por quilo da roupa lavada (processada) constante do Contrato n° 101/2016 - SES/DF é de R\$ 4,05 (quatro reais e cinco centavos).

(...)

A esse respeito, informamos que recebemos em 17/01/2016 Memorando n° 056/2017 – DCC/CODCOMP/SUAG/SES que solicita indicação de Executor (es) Titular e Substituto (a) e enviamos às Superintendências para que seja realizado nomeação dos mesmos.

Informamos que os pagamentos referentes aos anos de 2015 e 2016 já foram realizados. Contudo, ainda existem pagamentos pendentes referente ao ano de 2014 cujos meses e valores deverão ser informados pelo Fundo de Saúde.

(...)

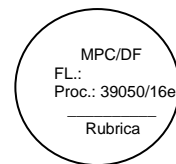
5. A Unidade Técnica informou ainda a existência de ordens bancárias nos valores de R\$ 915.695,18 e R\$ 409.632,94, em favor da NJ Lavanderia Industrial e Hospitalar, emitidas em 23/12/2016, relativas a reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores.

6. Acrescentou que não há notícias de que a paralisação aventada pela imprensa tenha se efetivado, já decorridos alguns meses da notícia que motivou a exordial.

7. Por fim, consignou que, mediante o Ofício n° 344/2017-MPC/PG (Peças 29 e 30), o Parquet noticiou que, no DODF de 16/05/2017, foi publicado Aviso de Reabertura de Dispensa de Licitação para a contratação emergencial de serviços de lavanderia hospitalar para a SES.

8. Passou, assim, à análise da celebração de contrato e realização de licitação

12. Segundo a jurisdicionada, há contrato em vigência, embora decorrente de dispensa por emergência. Também informam que estão sendo realizados procedimentos tendentes à realização do procedimento licitatório pertinente.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

13. Em que pese a informação de que estão sendo envidados esforços para a realização de licitação para a contratação do serviço, não se pode admitir que sejam efetuadas seguidas contratações emergenciais com o mesmo objeto. Trata-se, à evidência, de serviço que faz parte da rotina esperada para o órgão contratante, devendo, portanto, ser exigido que as contratações a ele relativas decorram de planejamento contínuo.

14. Neste sentido, cabe destacar o Enunciado nº 72 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF, se seguinte teor:

A dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93, não se aplica aos casos em que falte tempo hábil para proceder à nova licitação, em face de sua previsibilidade.

15. Também em relação à resposta apresentada, cumpre solicitar ao órgão que informe:

a) como estão os procedimentos relativos à licitação para contratação de serviços de lavanderia hospitalar.

b) se a responsabilidade pela demora em realização de licitação para aquisição deste serviço já está sendo apurada em algum processo.

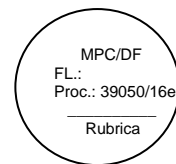
9. Quanto ao preço do quilo da roupa lavada praticado pela SES/DF, o CT se manifestou nos seguintes termos:

16. O preço atualmente praticado, conforme informação do órgão, é de R\$ 4,05 (Contrato nº 101/2016 - SES/DF). Conforme levantado na peça exordial, o próprio órgão apontou como preço compatível o valor de R\$ 2,80, apurado em Manual de contratações do Estado de São Paulo.

17. Não há, na resposta apresentada pela jurisdicionada, qualquer elemento justificante em relação ao preço contratado. Contudo, não se pode também alegar que houve descumprimento de determinação da Corte, uma vez que o conteúdo do decisum, em atendimento à Representação exordial, limitava-se a solicitar informações ao órgão. Desse modo, entende-se mais razoável determinar ao órgão que apresente as justificativas pertinentes, tendo em conta o aparente preço mais alto na contratação levada a efeito.

10. Sobre a nomeação dos executores dos contratos, a Unidade Técnica informou que esta informação não foi trazida pela jurisdicionada, consta apenas que estariam sendo providenciados. Entendeu, dessa forma, necessária a complementação das informações prestadas.

11. No tocante aos atrasos nos pagamentos e o risco de continuidade de serviços, o CT entendeu que estão sendo empreendidos



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

esforços de apuração e pagamento de valores porventura devidos. Também consignou que parte dos atrasos seria decorrente das dificuldades financeiras do Distrito Federal e, com isso, aplicar-se-ia o entendimento já esposado por esta Corte em diversos processos. Acrescentou novamente que não há notícia de ter havido qualquer descontinuidade na prestação do serviço de lavanderia nos hospitais do DF, entendendo que o alegado risco de continuidade nos serviços não parece ocorrer.

20. A Secretaria demonstrou que vem envidando esforços para que não haja a descontinuidade na prestação dos serviços, o que se verifica nas ordens bancárias de pagamento ao fornecedor NJ Lavanderias, na informação de que boa parte dos atrasos em pagamentos reportados (os relativos a 2015 e 2016 na sua totalidade) já se encontram regularizados.

21. Sobre o tema dos atrasos nos pagamentos, cumpre consignar que há diversos processos tramitando na Corte a respeito do inadimplemento da contraprestação financeira, pelo GDF, bem como da suposta inobservância da ordem cronológica de exigibilidade dos créditos. Estes processos se encontram em sua maioria sobrestados, aguardando o deslinde do Processo n.º 34.860/15 ou do 1.691/15.

22. Contudo, cumpre mencionar que na Sessão Ordinária n.º 4.932, de 21/02/17, o Tribunal, ao analisar o mérito de Representação similar, objeto do Processo n.º 27.396/16e, por maioria, exarou a Decisão n.º 597/2017 determinando à Secretaria de Estado de Saúde – SES – que informasse as providências adotadas para a quitação dos débitos apontados na Representação, inclusive em relação à ausência de dotação orçamentária adequada para tanto, na Lei Orçamentária Anual de 2017.

23. Ressalte-se que o item IV da Decisão n.º 5.545/2016 (nos autos do Processo n.º 27.396/16e) foi direcionado ao Exmo. Sr. Governador do DF, bem como à SEF/DF. Entendemos que a autoridade e o órgão foram selecionados porque as questões atinentes às DEA e à ordem de pagamento no DF envolvem todos os órgãos do Poder Executivo Distrital. Logo, a atuação desses órgãos deve ser orientada e coordenada pela alta Administração do DF, o que incluiu por conseguinte as despesas discutidas nestes autos.

24. Cabe explicitar que, em 22/12/16, foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal a Lei Distrital n.º 5.760/16, a qual “dispõe sobre a ordem cronológica de pagamento a ser obedecida no âmbito das contratações e aquisições realizadas pela administração pública dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal.” Esta lei estabelece a existência de uma lista única para pagamento de DEA e de despesas do exercício corrente, na forma de seu art. 3º:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

Art. 3º Não é paga a despesa, ainda que atestada, enquanto houver outras mais bem classificadas na ordem cronológica e custeadas pela mesma fonte de recursos, ainda que sejam originárias de exercício encerrado.

25. *A referida lei tem sua vigência a partir de 120 dias contados da data da sua publicação, ou seja a partir de 21/04/2017.*

26. *Assim, a análise quanto a eventual descumprimento da ordem cronológica dos pagamentos pressupõe a existência de uma lista de exigibilidades, organizada cronologicamente. Em face do elevado número de credores do DF, tanto relativos a despesas correntes, quanto relativos a DEA, a automatização dessa lista é medida que se impõe – o que é objeto do item II.a.2 da Decisão n.º 5.794/2016. Não há notícia, até o momento, de que essa automatização já tenha sido efetivada.*

12. Ao final, a Unidade Técnica entendeu que as informações solicitadas pelo *parquet* e determinadas pelo Tribunal foram fornecidas, à exceção da apresentação de executores dos contratos. Entendeu ainda que os elementos trazidos pela Jurisdicionada permitem concluir pela ausência de risco significativo de descontinuidade no serviço de lavanderia hospital, o que levaria em princípio à conclusão pelo atendimento parcial da Decisão anterior.

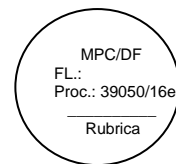
13. Contudo, considerou que não se pode aceitar, sem as devidas justificativas, *“a situação que se evidencia da resposta da jurisdicionada, i.e., que sejam realizadas seguidas dispensas de procedimento licitatório, sob o signo da emergencialidade, uma vez que o objeto dos contratos em exame é rotineiro, não sendo concebível que os gestores do órgão aceitem os seguidos atrasos verificados na realização de procedimento licitatório. Este fato caracterizaria indício de emergencialidade fabricada, o que, caso comprovado, merece ser objeto de aplicação de sanções por parte da Corte de Contas”*. Necessário, portanto, determinar à SES que esclareça esta aparente impropriedade.

14. Considerou também necessária a comprovação de adequação dos preços praticados nos contratos emergenciais com a realidade do mercado, o que não ficou evidenciado nas informações prestadas pela SES, sendo tal tópico também objeto de determinação à jurisdicionada.

15. As sugestões foram:

I - *tomar conhecimento do Ofício nº 197/2017 – GAB/SES e documentos que o acompanham (Peça 15);*

II - *considerar:*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

- a) *parcialmente cumprida a Decisão Liminar nº 025/2016-P/AT, referendada pela Decisão nº 22/2017;*
- b) *respondidas as indagações formuladas na Representação, à exceção da contida no item II, “a”, 3, da Decisão Liminar nº 025/2016-P/AT;*

III - *determinar à SES que, no prazo improrrogável de 30 dias:*

- a) *justifique a demora na conclusão dos procedimentos licitatórios tratados nos Processos 060.004.087/2015 e 060.004.467/2015, a qual tem gerado a necessidade de seguidas contratações emergenciais para prestação de serviços de natureza contínua de Lavanderia Hospitalar;*
- b) *justifique, nos termos do art. 26, Parágrafo único, inciso III da Lei nº 8.666/93, os preços praticados nos contratos relativos ao serviço de lavanderia hospitalar, firmados em caráter emergencial para atender o HRSM e demais unidades da rede de saúde, de 2015 a 2016, bem como sua compatibilidade com os valores vigentes no mercado;*
- c) *apresente a nomeação dos executores dos contratos aludidos no item III “b”, conforme determinado no item II, “a”, 3, da Decisão Liminar nº 025/2016-P/AT;*

IV - *autorizar:*

- a) *a remessa de cópia desta Informação à Secretaria de Estado de Saúde, para subsidiar o cumprimento do item III;*
- b) *o retorno dos autos à Seacom para as providências cabíveis.*

16. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer.

17. Inicialmente, impende traz à baila a situação da lavanderia constante da representação inicial.

18. Vale lembrar que os serviços de lavanderia hospitalar sempre foram prestados pelo Estado, à exceção do Hospital Regional de Santa Maria (HRSM), que, desde a sua inauguração, teve a sua gestão conferida de maneira inconstitucional a uma Organização Social (OS), intitulada Real Sociedade Espanhola de Beneficência (RSEB).

19. **Em 2010**, o GDF assumiu a gestão pública do referido nosocômio. Àquela época, então, admitiu-se que as antigas fornecedoras,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

contratadas pela OS, permanecessem prestando seus serviços, apenas e até que **fossem efetivados os competentes procedimentos licitatórios**.

20. Mas, lamentavelmente, não foi isso o que ocorreu, e os serviços de lavanderia no HRSM continuaram sendo prestados desde 2011, sem licitação e, em alguns períodos, até mesmo sem contrato.

21. Saliente-se, por oportuno, que, em 2014, a SES/DF celebrou dois contratos, com a mesma empresa prestadora (que, repita-se, vem há mais de 07 anos prestando serviços sem licitação), a empresa NJ LAVANDERIA INDUSTRIAL E HOSPITALAR LTDA ME. Trata-se dos **contratos 184/14**, para a prestação dos referidos serviços no HRSM, e o **183/14, para os HRS, HRG e HBDF**.

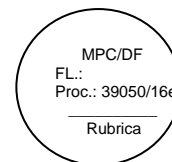
22. Referidos contratos (183/2014 e 184/2014) vem sendo acompanhados pelo TCDF no **processo 14198/2014**. **Observa-se que o valor dos contratos discutidos chega a um total de cerca de R\$ 35 milhões¹, ao ano. Além disso, o prejuízo a ser estimado chega na casa de dezena de milhões**. Contudo, não há decisão de mérito até o momento, tendo o MPC/DF exarado os Pareceres 281/2017-CF e 572/2017-CF, recentemente, opinando pela responsabilização dos gestores e instauração de TCE.

23. Importa destacar ainda que, após o encerramento dos contratos 183/14 e 184/14, em 2015 e 2016, **os serviços foram prestados sem cobertura contratual, o que seria o objeto dos presentes autos**.

24. Ressalta-se, contudo, que em 29/12/2016, foi firmado o **Contrato 101/2016**, com a **empresa LAVEBRÁS GESTÃO TÊXTEIS S/A**, para Contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços de natureza contínua de Lavanderia Hospitalar na Coordenação Geral de Saúde de Sobradinho - HRS, na Coordenação Geral de Saúde Gama - HRG e na Coordenação Geral de Saúde Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF, **no valor de R\$ 10.677.808,80, pelo preço unitário de R\$ 4,05 por kg de roupa processada, com prazo de vigência de 180 dias**. Referida contratação está sendo acompanhada pelo TCDF no **processo 20906/2017**, ainda sem nenhuma instrução da Unidade Técnica.

25. Importante acrescentar que a questão da contratação emergencial permanece, pois verifica-se que, em 06/07/2017, houve nova contratação com a mesma **empresa LAVEBRÁS GESTÃO TÊXTEIS S/A**,

¹ Contrato 183/2014 – **R\$ 14.249.520,00 por 180 dias** (fl. 180, processo 14198/14), ou seja, ao ano, R\$ 28.499.040,00 e o Contrato 184/2014 – **R\$ 3.027.229,20, por 180 dias** (fl. 424, processo 14198/14), ou seja, ao ano, 6.054.458,40.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

Contrato 049/2017, para prestação de serviços de natureza contínua de Lavanderia Hospitalar (**Hospital de Base do Distrito Federal, Hospital Regional de Sobradinho e Hospital Regional do Gama**), no valor total de **R\$ 8.805.715,20**. Não há processo na Corte acerca dessa mais recente contratação.

26. Da mesma forma, em 04/07/2017, foi firmado o **Contrato emergencial 048/2017**, com a empresa TECHLAV - TECNOLOGIA, LAVAGEM E ESTERILIZAÇÃO S/A, para prestação de serviços de natureza contínua de Lavanderia Hospitalar, visando atender a Coordenação Geral de Saúde de Santa Maria - **Hospital Regional de Santa Maria (HRSM), Centro de Saúde nº 1, Centro de Saúde nº 2 e Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS ad**, no valor total de **R\$ 2.252.966,40**.

27. Cabe ainda informar que a Corte, no **processo 12768/2017**, examinou o Edital de PE nº 118/2017, cujo objeto é o registro de preços para contratação de serviços de lavanderia hospitalar por empresa especializada para atendimento dos hospitais HRS, HRG e HBDF, no valor estimado de **R\$ 20.146.752,00**, ao ano. Por meio da Decisão 2254/2017, de 16/05/2017, o TCDF suspendeu o certame para que fosse estabelecida cota de até 25% para contratação de microempresa – ME e empresa de pequeno porte – EPP, tendo autorizado a continuidade do certame após o cumprimento da determinação. Pela Decisão 2863/2017, de 20/06/2017, considerou cumprida a decisão anterior, estando, assim, está autorizado o prosseguimento do certame.

28. Em consulta ao DODF, constatou-se a publicação, em 15/08/2017, dos seguintes Extratos de Atas de Registro de Preços:

DODF 156, 15/08/2017, p. 87

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

*PROCESSO: 060.004.087/2016. MODALIDADE: Pregão Eletrônico (SRP) nº 118/2017. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 118/2017A-SES/DF. PARTES: DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, e a empresa DUELAV LAVANDERIAS LTDA ME, CNPJ nº 17.479.671/0001-80 OBJETO: serviços de lavanderia. ITEM ADJUDICADO: 1,4. VALOR TOTAL REGISTRADO: **R\$ 2.765.145,60**. DATA DA ASSINATURA: 11/08/2017. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar desta publicação. SIGNATÁRIOS: Pela Secretaria de Estado de Saúde, HUMBERTO LUCENA PEREIRA DA FONSECA; pela Empresa DUELAV LAVANDERIAS LTDA ME. TESTEMUNHAS: TATIANE CASTELO BRANCO DAMÁSIO e GEYSA ANTUNES MARQUES.*

PROCESSO: 060.004.087/2016. MODALIDADE: Pregão Eletrônico (SRP) nº 118/2017. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 118/2017B-SES/DF. PARTES:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

*DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, e a empresa **TECHLAV- TECNOLOGIA LAVAGEM E ESTERILIZAÇÃO S/A**, CNPJ nº 10.768.129/0001-06 OBJETO: serviços de lavanderia. ITEM ADJUDICADO: 2,5,3,6. VALOR TOTAL REGISTRADO: **R\$ 11.806.214,40**. DATA DA ASSINATURA: 11/08/2017. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar desta publicação. SIGNATÁRIOS: Pela Secretaria de Estado de Saúde, **HUMBERTO LUCENA PEREIRA DA FONSECA**; pela Empresa **ANGELA BORSOI LEAL ME**. TESTEMUNHAS: **TATIANE CASTELO BRANCO DAMÁSIO** e **GEYSA ANTUNES MARQUES***

29. Diante de todo o exposto, verifica-se que restam pendentes de análise os serviços de lavanderia prestados sem cobertura contratual no período de 2015/2016.

30. É importante ressaltar que os preços praticados pelos Contratos 183/14 e 184/14, foram questionados pelo MPDFT na Ação de Improbidade Administrativa 2015.01.1.045975-0, de onde se transcrevem:

“ Tentando contornar a resposta célere, o MPDFT viu a Secretaria de Saúde responder (**documento 17**), com indisfarçável constrangimento, que **NÃO** foi nomeado qualquer executor do contrato, providência adotada apenas em 2015, quando o referido contrato já estaria por findar. Curiosamente, todavia, nomeou-se como “Executor Central” justamente o réu, Sr. Daniel Melo, que foi o grande responsável pela celebração do malsinado ajuste.

Pior é ainda observar que as planilhas apresentadas, com a suposta quantidade de roupa a ser lavada, sequer continham timbre oficial ou identificação de algum servidor, o que não confere ao documento nenhuma credibilidade e seriedade.

Mas, tão ou mais grave é registrar a informação da SES que veio na sequência, dizendo que, “*após contato com o novo Diretor Administrativo nos foi informado que **NÃO HÁ DOCUMENTAÇÃO NA DIRETORIA QUE POSSIBILITE A EMISSÃO DE NOVO DOCUMENTO COM INFORMAÇÕES FIDEDIGNAS***”

Em razão dos fatos, o MPDFT requisitou, ainda, cópia do Processo 060.013.793/14 (**documento 18**), ocasião em que são verificadas severas críticas ao Contrato 183/14.

Observe-se² que estava em gestação a feitura de novo contrato emergencial em razão do fim de vigência daquele. Nesse momento, o novo

² Vide fls. 05 do processo 060013793/14, documento 18.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

Projeto Básico registrou que, à época do referido Contrato 183/14, **optou-se por indicar a carga de 15 kg para o HBDF, pelo fato de não se ter conhecimento da real capacidade produtiva de kg de roupa suja daquele hospital, uma vez que aquela estaria sendo a primeira experiência com terceirização. Mas o que se observou que a quantidade de kg de roupa suja poderia ser reduzida para 8 kg, OU SEJA, QUASE A METADE.** Outro equívoco anotado foi que, no processo anterior, o número de leitos havia sido retirado da tabela, daí a solicitação para que esse dado fizesse constar na nova contratação. Isso demonstra grave dolo³!

Em agravo, a Diretoria do HBDF afirma que *“a empresa NJ Lavanderia Industrial e Hospitalar Ltda, contratada, tem mantido os serviços de coleta de roupas sujas e fornecido um quantitativo mínimo, que não atende sequer o Serviço de Emergência, Unidade de Terapia Intensiva e Centro Cirúrgico”*⁴.

Além disso, encontra-se nos autos a NT 01/15⁵, responsável por descortinar, com lentes de aumento, o esquema despudorado que lesou a SES/DF em mais de R\$ 6 milhões, se computados os gastos apenas com relação ao Contrato 183/14.

Destacou-se que, **indevidamente, o réu, Daniel Veras Melo, emitiu Parecer Técnico, descartando, inexplicavelmente,⁶ propostas mais vantajosas, que poderiam ser aproveitadas, no DF, porque no objeto do contrato atual não há previsão de locação de enxovais, “sendo factível o uso dos valores de referências dessas ARPs, na composição da pesquisa de preço”.**

Por isso, estranhou-se que os preços tenham variado tanto: de R\$ 5,20, de acordo com a pesquisa da SES, a R\$ 4,52 (Atas pesquisadas); R\$ 2,80 (SP) e R\$ 5,48 (empresa classificada).

De conseguinte, entendeu-se que a situação do processo coloca em risco a legalidade, a legitimidade e a economicidade do procedimento, sendo necessários alguns ajustes, dentre eles, os seguintes:

- os preços deveriam levar em conta o valor do Caderno Técnico em SP, portanto, o menor de todos;

³ Vide fls. 52, insistindo o Sr. Daniel Melo na nova contratação (processo 060013793/14, documento 18).

⁴ Fls. 726, do processo 060013793/14, documento 18.

⁵ A partir da fls. 738, do processo 060013793/14, documento 18.

⁶ Vide fls. 86 do processo 060013793/14, documento 18.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

- deveria ser inserido o necessário e óbvio número de leitos nas Unidades atendidas pela contratação, assim como, mais uma vez, a situação do HRS como hospital de ensino; e
- deveria ser aprimorada a estimativa de quantitativo de material a ser processado pela contratada, de acordo com a demanda atual de sérvios da SES/DF.

A mesma Nota Técnica evidenciou que seria necessário, ainda, verificar a condição de regularidade das empresas Lavebrás e NJ, pois ofertaram documentos demonstrando que o funcionamento das duas empresas seria no mesmo local.

A esse respeito, é de se espantar a quantidade de inconsistências identificadas em relação à documentação apresentada pela empresa Lavebrás e, mesmo assim, considerada como única classificada⁷ pelo réu Daniel Melo, caso fosse levada adiante a contratação, em 2015, a saber:

- ausência de documentação que comprove a habilitação jurídica da empresa;
- ausência de discriminação de atividade econômica relativa aos serviços de lavanderia hospitalar no Cadastro do Sicaf;
- ausência de Licença de Funcionamento; e
- apresentação de Atestados de Capacidade Técnica que se referem a serviços prestados por outra empresa, a NJ.

Após a emissão da referida NT, os autos não avançaram, e consta que a empresa NJ continua prestando serviços, agora, sem cobertura contratual”

31. Como os serviços continuaram a ser prestados sem cobertura contratual, provavelmente, nos mesmos moldes em que vinham sendo prestados, imprescindível a análise dos preços e quantidades praticadas no período e apuração das responsabilidades

32. Dessa forma, considerando que os presentes autos devem se restringir aos períodos de 2015 e 2016, que tiveram os serviços de lavanderia prestados sem cobertura contratual, o MPC/DF aquiesce às sugestões alvitadas pela Unidade Técnica, com acréscimo de que o Tribunal já determine

⁷ Fls. 654/657, do processo 060013793/14, documento 18.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

inspeção, para que sejam verificados a legalidade, os preços, as quantidades executadas e os responsáveis pelos referidos serviços.

É o parecer.

Brasília-DF, 15 de agosto de 2017.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora-Geral